

ARTIGO

A ASCENSÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DELAS NA REVISTA CLÁUDIA: UM RECORTE CRONOLÓGICO

THE RISE OF WOMEN'S RIGHTS AND THEIR SOCIAL REPRESENTATION IN CLÁUDIA MAGAZINE: A CHRONOLOGICAL OUTLINE

RAFAELA PEREIRA BARBOZA

Rede Municipal de Ensino de Serra Talhada, Serra Talhada, PE, Brasil

 <https://orcid.org/0009-0006-7291-6036>**LÍLIAN NOEMIA TORRES DE MELO GUIMARÃES**

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Serra Talhada, PE, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-3743-2256>

RESUMO: Este artigo objetiva averiguar e compreender como os discursos representavam as mulheres na revista feminina Cláudia a partir de um estudo cronológico. Para tanto, mais especificamente, analisaremos como ocorre a representatividade feminina na Revista Cláudia nos anos de 1961, 1962, 2010, 2020 e o prefácio da edição de 1961, que constituem o *corpus* de análise. Do ponto de vista teórico, a investigação apoia-se sob a perspectiva da Análise Crítica do Discurso-ACD (Fairclough, 2001; Gregolin, 1995); Van Dijk, 2008) dentre outros. A metodologia se constitui por ser uma pesquisa bibliográfica. As análises mostram que os discursos presentes no gênero capa de revista e prefácio representam não significativamente a imagem real da mulher. Evidenciamos que a imagem da mulher se apresenta sob o estereótipo construído socialmente nos discursos vinculados ao gênero feminino, e foram promovidos pelos homens que detêm o poder de produção das revistas e mídias em geral. Os discursos presentes nas capas e no prefácio das revistas analisadas apresentam a imagem social da mulher associada aos discursos conservadores.

PALAVRAS-CHAVE: análise crítica do discurso; imagem feminina; revistas.

ABSTRACT: This article aims to investigate and understand how discourses represented women in women's magazines (*Revista Cláudia*) based on a chronological study. To this end, more specifically, we will analyze female representation in Cláudia Magazine in the years 1961, 1962, 2010, 2020 and the preface to the 1961 edition, which constitute the *corpus of* analysis. From a theoretical point of view, the research is based on the perspective of Critical Discourse Analysis-CDA (Fairclough, 2001; Gregolin, 1995); Van Dijk, 2008) and others. The methodology is a bibliographical study. The analysis shows that the discourses present in the magazine cover and preface genre do not significantly represent the real image of women. We can see that the image of women is presented as a socially constructed stereotype in the discourses linked to the female gender, which have been promoted by the men who hold the power to produce magazines and the media in general. The discourses present on the covers and in the preface of the magazines analyzed present the social image of women associated with conservative discourses.

KEYWORDS: critical discourse analysis; female images; magazines.

INTRODUÇÃO

Desde do princípio da humanidade as mulheres vêm sendo oprimidas e marginalizadas, pois, infelizmente, o abuso de poder e tabus sobre elas continuam numa sociedade que se expressa de forma conservadora, no sentido de preservar as condições que levam as mulheres a permanecerem numa situação em que patriarcado é quem dita as regras do gênero feminino. Essa situação gera um discurso que faz as mulheres acreditarem que o opressor ocupa uma posição hierárquica sobre elas. É, então, a partir disso, que a luta do gênero feminino, para reverter essa situação de assujeitamento numa sociedade patriarcal, torna-se dura.

A partir dessas primeiras ideias, fundamentando-nos na perspectiva da Análise Crítica Discurso (ACD), observamos como a mulher foi e é representada pela mídia, neste caso, por revistas voltadas para esse público. Objetivamos analisar como os discursos encontrados na Revista Cláudia voltada ao público feminino representa as mulheres. Compreendemos que a mudança do papel social da mulher nos dias atuais passou (e ainda passa) por diversas transformações e, tudo isso, graças aos questionamentos, discussões, às causas em comum e às lutas em que as mulheres vêm travando há mais de anos. Entendemos que a mídia perpetua ideologias que representam alguns grupos, excluem outros, de maneira que priorizam ser masculino. Essas ideologias acabam sendo internalizadas naturalmente, estruturadas socialmente. Por isso, a luta feminista é árdua e imensa. Essa é uma das razões para qual reconhecemos a importância de explorar tal temática neste artigo fundamentando-se nas teorias da ACD.

Desde do início da humanidade, vê-se a imagem da mulher como um grupo dominado na sociedade e algo que continua sendo protagonizado pela mídia. As revistas, assim como outras mídias sociais, são plataformas que expõem o mito da beleza, afetando somente o gênero feminino, pois ninguém a verã uma pessoa do gênero masculino se *matando* para que uma roupa sirva nele, ou o vendo sacrificar sua própria saúde para entrar em um determinado padrão de beleza, que foi criado especialmente pelo patriarcado, mas que é propagado por mulheres justamente porquê, em tanto tempo, elas foram instruídas de modo a se comportarem e tratarem seus corpos como algo que fosse somente para agradar aos homens.

A feminilidade tóxica trata-se de uma criação inventado pelo patriarcado para moldar o físico e o psicológico feminino da maneira que os homens querem, e que por sinal é algo abusivo e danoso. Esse fato é triste, pois boa parte das mulheres, se não todas, às vezes, submetem seus sonhos e desejos para viverem algo irreal. Consideramos irreal porquê esse mito da beleza, é frequentemente, representado por coisas que são inatingíveis.

As reivindicações pelos direitos das mulheres iniciaram no movimento socialista, foram ganhando espaço no século XIX, e especificamente no dia 8 de março tiveram mais visibilidade com o conhecido Dia Internacional da Mulher. Porém, para que esse dia existisse e se tornasse simbólico, centenas de operárias morreram queimadas por policiais em uma fábrica têxtil de Nova Iorque (EUA). Elas lutavam pela redução da jornada de trabalho e pelo direito à licença maternidade. Esse fato ocorreu no ano de 1857, porém foi apenas no ano de 1911 que foi instituído a data representativa.

Nesta época, centenas de mulheres não tinham direitos básicos e necessários como temos hoje em dia. Elas não possuíam direito ao voto e não podiam posicionar-se socialmente e, também, não criar filhos em caso de separação. Se trabalhavam, ganhavam menos que os

homens, e, se ficavam em casa, seu papel exclusivamente era permanecer no lar, sem abertura alguma para crescer, pensar, ou seja, para estudar. As situações eram desumanas.

No Brasil, por exemplo, desde 1932, as mulheres só tinham direito a votar nas eleições nacionais, mesmo assim, o código eleitoral só permitia mulheres casadas que possuíssem permissão do marido, viúvas e solteiras com renda própria. Só em 1946, a obrigatoriedade do voto foi estendida para todas as mulheres – fruto da luta delas através do movimento sufragista.

A luta feminista não é tão arcaica quanto parece, mas, apesar de em seus primórdios não levar essa nomeação, o empenho das mulheres para conquistar um espaço de equidade de direitos entre gêneros, principalmente, vem desde o século XX. Entretanto, somente na metade do século passado, o movimento veio ganhando espaço e alcançando uma voz que vem crescendo durante os anos. Por se tratar de uma corrente recente é relevante entendermos que antes as mulheres eram unicamente submetidas às regras impostas pela sociedade patriarcal.

Os anos 1960 foram escolhidos como ponto de partida da análise de nossa pesquisa porque é o momento histórico em que o feminismo toma grandes proporções e começa sua consolidação enquanto movimento político, que estava agregado a outras lutas e causas minoritárias. Vale ressaltar que, em seu início, o movimento feminista foi considerado por algumas pessoas como sendo uma luta etnocêntrica e que não abrangia todas as mulheres. Foi somente a partir da década de 60 que a perspectiva toma outros rumos e ramificações, como por exemplo, o feminismo negro.

A ascensão das mulheres no mundo inteiro sempre foi conquistada a partir de lutas. Por esta razão, compreender como ela é representada, é reconhecer em qual mundo vivemos, ou seja, feminino, masculino ou um mundo de equidade. Assim, o propósito geral de nossa pesquisa é analisar a representação da mulher na Revista Cláudia direcionada, principalmente, para o público feminino dentro de um recorte cronológico dos anos 1960 à 2020. Desse modo, averiguamos como as mulheres são e foram representadas ao longo da história em nossa sociedade. Especificamente, investigamos quais eram os discursos que estavam sendo reproduzidos nas revistas nos anos de 1960 à 2020 e analisar se esses discursos continuam sendo reproduzidos na atualidade, especialmente nos gêneros textuais capa e prefácio de revista feminina Cláudia.

Para desenvolvimento da pesquisa nos baseamos nas teorias de autores como Van Dijk (2008) e Fairclough (2001). O presente trabalho desenvolverá uma metodologia qualitativa/interpretativa a partir dos autores citados anteriormente, bem como das análises que serão feitas nas revistas desde 1960 até os dias de hoje. Este trabalho, portanto, buscará realizar um estudo cronológico do tema proposto.

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: UM PANORAMA GERAL HISTÓRICO

Nesta seção, propõe-se um panorama geral dos conceitos básicos da Análise Crítica do Discurso (doravante ACD) sob a visão de teóricos desta área, tais como: Fairclough (2001), Gregolin (1995), Van Dijk (2008), dentre outros. É válido ressaltar que trata-se de uma teoria que percorre o seu momento de formulação. Desse modo, a ACD é uma área de estudo que continua em sua fase de estruturação metodológica. Contudo, essa questão não implicará nos estudos e objetivos propostos.

Desta maneira, é imprescindível compreender que a origem da ACD provém da Linguística Crítica (doravante LC) que surgiu em meados da década de 1970 como uma tentativa de avanço para os estudos da linguagem. A função da LC depreende-se de compreender e expor as discriminações existentes nas representações discursivas em vários tipos do discurso público. Somente alguns anos mais tarde, em 1990, a Análise Crítica do Discurso, desenvolve seu marco inicial com a publicação do trabalho de Van Dijk na revista *Discourse and Society* (1990).

A Análise Crítica do Discurso prevê estudos que investigam a estruturação e a relação entre sociedade e língua, especializados em observar as línguas naturais, principalmente, compreender como ocorrem as construções ideológicas em um texto discursivo. A ACD considera a forma como o sujeito profere suas concepções e como elas estão condicionadas ao meio social em que ele está inserido, ou seja, isto implica afirmar que as ideologias e princípios que o sujeito discursa são influenciadas a partir do seu próprio contexto.

As concepções que norteiam os formulados da ACD consistem em um firme método que pretende estudar a linguagem como prática social. A linguagem torna-se um artifício social que constrói a relação de dominação e impactação que molda e legitima as relações de poder. Diante disto, a linha teórica da ACD ocupa-se de estudos que possibilitem análises que consigam desempenhar as relações de dominação, discriminação, controle e poder, manifestados através da linguagem.

Nesta pesquisa, estudamos e compreendemos a linguagem como prática social, isto é, entendemos que, por meio da manifestação da linguagem, os discursos reproduzem forças capazes de persuadir e oprimir aqueles que possuem um discurso menos poderoso, ou que, muitas vezes, são forçados às submissões e ao silêncio diante daqueles que detêm do poder discursivo. Portanto, a ACD ocupa-se com os estudos das relações existentes entre linguagem e poder, detendo-se a analisar como essas relações funcionam nas estruturas discursivas. Além disso, preocupa-se em analisar a discriminação, controle que aqueles que detêm o poder exercem sob os silenciados e os oprimidos na sociedade.

Como já mencionado, os estudos da Análise Crítica são recentes, entretanto, tais investigações proporcionam relevância para o entendimento da dominação que a manifestação da linguagem apresenta em suas camadas sociais, e a prática discriminatória que exerce um controle sob as minorias. Em seus estudos, o teórico Van Dijk (2008) nos apresenta as relações entre abuso e poder, nos quais descreve como a estrutura da linguagem e a reprodução dela influenciam no controle sobre determinados grupos sociais. Assim, Dijk explica como o controle funciona, atuando sob os interesses daqueles que detêm do poder discursivo e oprime os que são controlados. A concepção do teórico encaminha-se lado a lado à visão da autora Wodak, que expressa "A ACD interessa-se pelos modos em que se utilizam as forças linguísticas em diversas expressões e manipulações do poder" (Wodak, 2003, p. 31).

Para Van Dijk (2008), não há análise ou estudo crítico do discurso sob um determinado contexto sem a análise social crítica. Van Dijk demonstra em sua tese a necessidade de envolver-se nas estruturais organizacionais, que são imensamente vastas, sendo que é necessário privilegiar a análise que preze pelo olhar do discurso e das práticas sociais. Segundo Van Dijk (2008), existem diversos empecilhos que acarretam as implicações do estudo crítico das esferas públicas, havendo várias limitações de acesso para o cumprimento efetivo das análises, a exemplo, as permissões para análises de interação discursivas nas reuniões editoriais de jornais

são restritivas, impossibilitando o estudo da elaboração do controle dos elementos linguísticos discursivos finais que são expostos ao público.

Conforme Van Dijk (2008), o poder pode ser simbólico. Sua definição é designada em termos do acesso preferencial através do controle de poder do discurso público, em detrimento de algumas posições sociais. Dijk afirma que o controle da mente do público é por meio do discurso público. Essa definição de poder simbólico deriva de outros tipos de poder. Quanto à significação do poder em termos de controle, requer análise, principalmente, do discurso público em todas as suas proporções. Fairclough (2003) admite o discurso como sendo prática social política e ideológica. É através dos discursos que os sujeitos mantêm ou transformam as relações de poder nas entidades coletivas que existem, nas mais diversas disposições desses vínculos. Isto implica na naturalização da constituição do discurso que é capaz de transformar os significados de mundo nas relações de poder. Portanto, para Fairclough (2003), o enfoque teórico da ACD se dá em observar o discurso considerando as práticas linguísticas.

Segundo Fairclough (2003), em uma instância de reestruturação da dominação, os sujeitos que permanecem mediante às práticas de domínio são capazes de contrapô-las e remodelá-las. Conforme Fairclough (2003), a mudança discursiva deve ser focada na relação da mudança social e cultural, ou seja, é necessário se averiguar como ocorrem as mudanças nos eventos discursivos e quais suas origens e motivações. Diante disso, buscamos entender como as possíveis reproduções dos discursos sexistas em nossa sociedade modalizam e legitimam as relações de poder de um gênero sobre o outro.

TEORIA FEMINISTA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para refletirmos sobre a temática que trata sobre o feminismo, é necessário, em um primeiro momento, compreendermos a coexistência das diferentes orientações político-ideológicas das imposições que foram praticadas em favor do movimento. Portanto, as produções teóricas feministas foram iniciadas a partir da existência dos princípios das vertentes do movimento, instaurados na segunda metade do século XX, idealizados por mulheres de classe média, das quais foram fortemente influenciadas pelas áreas de história, artes, da crítica literária, e da psicanálise.

A partir da metade do século XX, predomina-se a articulação do feminismo em sua progressão histórica, na qual militância e teoria entrelaçam pela primeira vez, idealizando um movimento que produz sua própria reflexão crítica e teórica. As mulheres sempre buscaram lutar pela sua própria liberdade, livres de dogmas e conceitos que as prendessem, simplesmente pela condição de ser mulher. Tal rebelião causou fúria diante daqueles que detêm o poder que manobram as mulheres por tanto tempo, as moldando conforme os interesses do ser masculino. A inquisição da Igreja Católica foi ao extremo punindo as mulheres que queriam escapar desse molde social, àquelas que buscavam quebrar e despertar de paradigmas que foram impostos ao ser feminino.

A primeira onda do feminismo, como ficou conhecida, ocorreu no final do século XIX, quando mulheres inglesas começaram reivindicar o direito ao voto feminino. Foi uma luta travada pelas mulheres para assegurar a equidade entre os gêneros e, com isso, buscar garantir

o direito básico de decidir sobre o destino do seu próprio futuro. Isso fez com que o movimento ficasse conhecido como movimento das sufragistas.

As *sufrajetes*, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918 (Pinto, 2010, p. 15).

Houve a participação de homens nessa luta pelo direito ao sufrágio feminino. Vale ressaltar que a participação efetiva de mulheres no âmbito político pode lhes proporcionar instrumentos que as façam conquistar mudanças numa sociedade machista.

No Brasil, a bióloga Bertha Lutz impôs-se à frente, dando início ao enfrentamento pelo direito ao voto. Lutz (1922) ajudou a fundar a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, instituição que levou, em 1927, à criação de um abaixo-assinado para que o projeto de lei, do senador Juvenal Lamartine, que reivindicava o direito ao voto feminino, fosse aprovado. Somente cinco anos mais tarde, ele foi promulgado pelo Novo Código Eleitoral Brasileiro. Ainda assim, a primeira onda do feminismo perde força a partir de década de 1930, revigorando-se apenas a partir de 1960.

No decorrer destes trinta anos um livro marcará as mulheres e será fundamental para a nova onda do feminismo: *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949. Nele, Beauvoir estabelece uma das máximas do feminismo: "não se nasce mulher, se torna mulher" (Pinto, 2010, p. 16).

Assim, o feminismo funde-se sob uma tensão pela busca de uma identidade da mulher que se distanciasse do modelo que lhe fora imposto pela sociedade, os estudos feministas no Brasil para a desnaturalização do *ser mulher* através da autora Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo* (1949). Com isso, mais tarde, formulam-se esses termos aos estudos da identidade de gênero.

As reivindicações para a emancipação do ser feminino, com base no início do movimento feminista no Brasil datam a partir de 1970, que foi significativamente marcado por ondas europeias e norte americanas, inicialmente refutando-se as estruturas de ordem política sobre os direitos das mulheres desde o golpe militar de 1964.

Foi no ambiente do regime militar e muito limitado pelas condições que o país vivia na época, que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970. O regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas, por entendê-las como política e moralmente perigosas (Pinto, 2010, p. 16-17).

Entretanto, uma enorme parte das organizações feministas seguiram influências marxistas, que eram ideias consideradas transgressoras àquela época, sob uma forte pressão da ditadura militar, o que influenciou nas características próprias do movimento. Por conseguinte, o contínuo progresso do movimento feminista eclodiu a partir da década de 70 devido às constantes

reivindicações da condição da mulher global, pautadas em recentes discussões do papel da mulher na sociedade brasileira.

Na década de 70, então, iniciou-se a militância feminista nas ruas nacionais, que tratavam da relação de poder que o gênero masculino possuía sobre o feminino e que foi algo socialmente construído. Após a tentativa de dar visibilidade ao movimento e da resistência da mulher diante da ditadura, o retorno do feminismo assume uma visão radical, impondo uma questão conflituosa, como consequência de uma objeção à hierarquia do poder do gênero masculino em todos os campos sociais¹.

A presença das mulheres na luta armada resultou em um profundo sentimento de afrontamento pelo contexto político da década de 70. Contudo, no começo de década de 1980, após a lei da anistia entrar em vigor, as mulheres exiladas que puderam retornar ao Brasil, contribuíram significativamente no fortalecimento para a corrente feminista ao movimento das mulheres brasileiras. Essas mulheres regressas conseguiram trazer as experiências políticas com forte influência do movimento feminista europeu.

Embora as manifestações feministas abranjam uma pluralidade de sentidos, por ainda ser um movimento que se discorre na modernidade, existem suas especificidades em seu contexto social, político, culturais, histórico. Com isso, um aprofundamento sobre as especificidades teóricas dependerá da ótica a qual o movimento é analisado. Em face ao exposto, vejamos as análises realizadas da pesquisa na seção seguinte.

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA IMAGEM FEMININA NA REVISTA CLÁUDIA

O filósofo francês La Barre (s.d.) alerta-nos para o fato de as próprias mulheres serem persuadidas para propagar o estereótipo de uma suposta inferioridade feminina, a qual, foi conduzida por quem detinha o monopólio de opressão de gêneros. Em consonância com o que pontua Simone de Beauvoir (1970), entendemos que o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos. A partir disso, é interessante ressaltar que as revistas voltadas ao público feminino têm contribuído para concretizar, naturalizar estereótipos subalternos e inferiores às mulheres, visto que, a construção social delas pertenceu ao gênero masculino, obviamente, a tendência sempre foi de elevar os privilégios dos homens.

As revistas eram componente fundamental de circulação de informações. Depois da expansão do rádio ao longo das décadas de 1930 e 1940, foram enorme veículo massivo de propagação de discursos ideológicos no século passado, que por grande parte de sua história, pertenceu às classes letradas da sociedade.

Nesses termos, então, as elites simbólicas hoje, tais como políticos, jornalistas, escritores, professores, advogados, burocratas e outros que têm acesso especial ao discurso público, ou os diretores empresariais que indiretamente controlam tal

¹ Para confirmar esse caráter radical brasileiro, basta analisar os depoimentos das militantes e vítimas femininas da opressão militar.

acesso, por exemplo, como donos do impérios da mídia, são bos que devem ser definidos como ´poderosos segundo esse critério (Vandijk, 2008, p. 23).

Tal meio social midiático foi durante bastante tempo majoritariamente produzido pelo gênero masculino, que, conseqüentemente, propagava tradicionalismos centrados em suas próprias vontades, naturalizando concepções que o favorecia, estabelecendo com isso uma divisão sexual trabalhista, bem como, associando ao homem exclusividade à esfera pública e ao poder. Isso acabava vinculando ao ser feminino o único compromisso com a vida doméstica, assim como, aos cuidados familiares e desejos dos homens.

As revistas, então, foram meios de concretizar essa *domesticação* feminina. Como também, principalmente, foram recinto de disseminação de ensinamentos que versavam sobre como o ser feminino deveria se comportar, agir e ser. É indispensável salientar que, quem detém do monopólio desses meios de comunicação, detém de uma forma simbólica de dominação e poder. A revista foi/é fio condutor no meio social, ferramenta determinante, bem como, influente na conduta do coletivo social, principalmente no século passado. Devido a isso, deve-se ter responsabilidade ética sobre os discursos expostos em seus instrumentos discursivos.

Para tratar da análise da representação da mulher na Revista Cláudia direcionada ao público feminino, foram averiguados os discursos presentes nas capas dos anos 1961, 1962, 2010, 2020. Além disso, debruçamo-nos no prefácio da Revista Cláudia de 1961, publicadas pela editora Abril. Ela é considerada uma das maiores revistas femininas no Brasil até os dias atuais. Logo em sua primeira edição de (indicar o ano), a Revista Cláudia sugeria ser não somente uma revista que passaria despercebida por suas leitoras; ela ressaltava uma diligência ao desejo de ser intimamente próxima ao ser feminino, esforçando-se para ser companheira fiel no enfretamento dos problemas costumeiros. Não obstante, o que nos deparamos, em uma análise preliminar da revista (Revista Cláudia, 1960), foi uma manifestação discursiva incontroversa a esta afirmação, no sentido de os discursos referirem-se predominantemente aos trabalhos domésticos e à aparência física feminina.

Apesar da Revista Cláudia propor um ideal de representação feminina baseada em um mundo contemporâneo, da mulher moderna, pudemos evidenciarum modelo de prescrição ao ser feminino cheios de tradicionalismo e conservadorismo, camuflados em discursos pincelados, possivelmente ludibriadores. Tais problemáticas serão apresentadas, conforme foram analisadas no corpus de análise deste referido trabalho.

ANÁLISE DOS DADOS

Figura 1 - Exemplo de número um da Revista Cláudia



Fonte: Acervo da Revista Cláudia (1961).

Ao observarmos a capa da Revista Cláudia (ver Figura 1), consideramos que a expressão *Moda côr-de-rosase* firma um arquétipo de mulher que se reduz ao ser delicado, passivo que saltava no paralelo das vestimentas e da doçura pelo qual o patriarcado tanto tentou e tenta enquadrá-las, desempenhando de forma sutil uma mulher estereotipada, reduzida aos aspectos do lar como um ser delicado, dócil.

Assim, é necessário que a sociedade saiba, contudo, que não há problema em almejar tais posicionamentos, no sentido de se querer uma vida doméstica e simples, desde que seja a escolha da mulher. Devemos, com isso, respeitar quem a deseja. Isso é essencial. Entretanto, consideramos a urgência de se pensar de onde surge esta idealização. Portanto, é crucial que entendamos que existem outros trilhos que são capazes de designá-las a diversos feitos extraordinários.

Na exemplo 1, observamos os aspectos componentes na capa, nota-se a exposição das palavras *cozinha-beleza-decoração*. No entanto, o termo *beleza* se destaca em letra diferente dos outros dois itens lexicais. Isso, possivelmente, evidencia a preocupação que induz naturalmente a mulher à busca de condutas que as enfatizam na disseminação de um padrão estético construído de ideais propostos por puro consumismo, já que são padrões inalcançáveis.

A revista acaba tornando-se um dos meios de propagação em massa da construção de um modelo de beleza feminina. A mulher torna-se, de certo modo, persuadida por tais discursos, por serem em sua maioria defendidos por especialistas e pessoas desse gênero influentes na sociedade, como a atriz Sofia Loren, trazida na capa da revista: *confissões de Sofia Loren*. Não

chegamos a analisar especificamente o discurso da atriz exposto nas páginas da revista, entretanto, supomos a influência que eles devem ter na vida das leitoras. Decorrente a este contexto, a capa procura chamar a atenção para eles, como uma possível estratégia para despertar a leitura.

A posteriori, analisaremos os discursos presentes no prefácio desta primeira edição de 1961.

Figura 2 – Exemplo de número dois do Prefácio



Fonte: Acervo prefácio da Revista Cláudia, Edição 1, 1961².

No exemplo 2 (ver Figura 2), é perceptível que a revista Cláudia repelia a ideia de que se concentrava em apenas uma perspectiva feminista. Ela sempre admitia assumir um ideal de ótica feminina, embora não explicitasse quais eram os ideais que buscava transmitir com esta perspectiva. Entretanto, nos discursos dela, como o que pudemos observar neste prefácio apresentado, havia a propagação de estereótipos femininos tradicionais. Embora a revista vendesse uma ideia de mulher moderna, os discursos disseminados se concentravam em transmitir ideais que tentavam moldar as mulheres aos caprichos masculinos, demonstrando sempre o contentamento delas ao âmbito doméstico no século passado.

Enquanto o poder foi definido, tradicionalmente, em termos de classe e o controle sobre os meios materiais de produção, hoje tal poder tem sido em grande parte

² Transcrição do prefácio para uma melhor visualização: “Você tem em suas mãos o primeiro de uma revista que pretende desempenhar um papel muito importante na sua vida futura! A Cláudia foi criada para servi-la. Foi criada para ajudar a enfrentar realisticamente os problemas de todos os dias. A CLÁUDIA lhe apresentará mensalmente ideais para decoração do seu lar, receitas para deliciar a sua família, sugestão para mantê-la elegante e atraente. Mas o importante é a forma como isto será feito. Antes de mais nada, a CLÁUDIA deverá ser útil para você. Deverá torna-se sua amiga íntima. E todas [sic] as informações e novidades que você espera há tanto tempo, numa só revista, simpática, completa, moderna. Seja bem-vinda [sic], pois, às páginas de CLÁUDIA. Temos certeza de que ela será sua companheira fiel nos anos vindouros.” (Revista Cláudia. Ano 1, número 1. Outubro 1961).

substituído pelo controle das mentes das massas, e esse controle requer o controle sobre o discurso público em todas as suas dimensões semióticas. (Vandijk, 2008, p. 24).

Outro aspecto notado na revista analisada, conforme podemos analisar na exemplo 2, refere-se à apenas a preocupação da revista em vender ideais voltados ao âmbito doméstico, familiar, em reforçar estereótipos que satisfaçam apenas ao ego masculino. Tais questões eram, em tese, meramente atribuídas à mulher, e acabaram sendo enraizadas em toda uma sociedade. Embora, tais costumes e tradições tenham levado considerável tempo para se tornarem um *problema* social, as revistas foram meios que disseminaram perfeitamente os interesses de quem as detinham.

Figura 3 - Exemplo de número três da Revista Cláudia



Fonte: Acervo da Revista Cláudia (1962).

É possível perceber, por meio da exemplo 3, que os discursos apresentam um demonstrativo do quanto a representação social da mulher está imbricada junto aos discursos conservadores. Os padrões estéticos atribuídos a mulher, como a magreza, são bastante focados nesse meio midiático e tem sido reforçados ao longo dos anos em que as revistas foram publicadas e analisadas em nossa pesquisa. Com isso, consideramos que a representação da mulher exposta na capa da Figura 3 faz parte desse padrão de beleza, em que o enfoque quase que total daquela época eram as pessoas magras, brancas, loiras, que possuíam traços etnocêntricos.

Apesar da evolução em alguns aspectos dessa revista brasileira, considerando a questão da linguagem, as produções não verbais se mantêm em estruturas que naturalizam a predominância branca aos dias atuais. Portanto, ao observar as capas dos anos correntes, assim como da Figura 2, é perceptível que a representação das pessoas negras é simultaneamente inferior às pessoas de etnia branca, levando em consideração que o território brasileiro é constituído por pelo menos 54% da população negra³. Neste sentido, já que a população brasileira é majoritariamente negra, por que não há mais representatividade neste meio midiático. Deve-se levar em consideração quem é o detentor do poder dos meios de produção da mídia em geral.

Ademais, outro discurso que nos chama a atenção nesta análise é a pertinência instintiva de se atribuir à mulher a única e exclusiva responsabilidade do controle de natalidade, *as pílulas mágicas, controle de natalidade*. É uma importante discussão que essa responsabilidade alavanca pensando-se que esta deveria ser encarregada das duas pessoas envolvidas no âmbito de troca afetiva sexual. Culturalmente, a tendência é se pensar na contracepção como uma responsabilidade apenas das mulheres, o que acaba recaindo sobre elas a obrigação quando há uma gravidez indesejada.

Figura 4 - Exemplo de número quatro da Revista Cláudia



Fonte: Acervo da Revista Cláudia (2010).

³ Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/>. Acesso em 25 jan. 2021.

Outra questão que torna-se bastante notável, assim como, corrente nos discursos expostos pela revista é a ênfase aos cuidados com a pele e a apreensão ao envelhecimento, como sendo algo ruim ao ser feminino. Tais discursos induzem mulheres adultas a buscarem meios, que geralmente são indicados pela própria revista, que tragam *benefícios* para elas em relação ao rejuvenescimento, numa tentativa de aproximação de um padrão de mulheres jovens.

Vemos a associação da magreza como padrão de beleza, que sempre esteve presente nas revistas voltadas a esse público, preservando uma marginalização que estereotipa o corpo da mulher gorda por não pertencer ao padrão determinado. Na edição de 2010 é possível notar que este rótulo criado e naturalizado, neste âmbito, avança para um aspecto pouco mais próximo da realidade das mulheres brasileiras, é o que se apresenta no exemplo analisado: *nós somos gordinhas! A mensagem de autoestima das Mulheres plus size.*

Todavia, observamos, na mesma capa, a existência de um discurso que vai de encontro à valorização na sociedade das mulheres mais gordas. A frase: *30 truques certos para queimar gordura já*, em destaque na própria capa em fontes maiores e mais chamativas, enfatiza um outro padrão de beleza, o magro, provocando, a sensação de distanciamento de não pertencimento a quem *foge* do padrão estético da magreza tanto estimada ao longo da história da revista Cláudia.

Figura 5 - Exemplo de número cinco da Revista Cláudia



Fonte: Acervo da Revista Cláudia (2020).

Após 10 anos de publicação da revista analisa (ver exemplo 4), é perceptível na capa que há uma mudança no discurso relacionado ao gênero feminino, pois ele consegue representar a causa feminina com um pouco mais de abrangência.

A cantora Cláudia Leite, que esteve presente na capa anterior, expõe um discurso que manifesta uma posição significativa em uma época em que o assédio contra a mulher tem um enorme aumento: *Quando ouvirem uma mulher gritar, todas devem se unir e proteger umas às outras*. O posicionamento da cantora apresentado na capa da revista pode-se ser considerado de grande valia, visto que, a posição dela de influência, principalmente no carnaval, por conseguinte, pode evidenciar um maior suporte ao movimento feminista, no sentido de proteção às mulheres.

Outro ponto relevante é o fato de tal posicionamento demonstra que as mulheres devem permanecer unidas, no sentido de garantir seus direitos, devendo permanecerem aliadas em prol da segurança coletiva. Isso permite que aos poucos se quebre o mito criado da rivalidade feminina, que foi construído socialmente na tentativa de distanciar as mulheres, o que as torna mais vulneráveis e suscetíveis às opressões machistas.

Outro discurso que nos chama a atenção na capa é: *Antes dos 30 a busca por congelamento de óvulos acontece cada vez mais cedo e virou outra causa de ansiedade*. Ele nos faz refletir, em primeira instância, de onde surge essa preocupação em congelar os óvulos. Como bem sabemos, as mulheres do passado sempre foram pressionadas unicamente a se prepararem para um casamento e para serem mães. Muitas preocupações recaíam somente para a mulher, como no caso, do controle da natalidade discutido anteriormente.

As relações de poder e dominação própria do patriarcado estão presentes na forma com que os indivíduos são socializados, e desde o nascimento a socialização já está voltada para que assumam papéis e estereótipos próprios de cada sexo. Nesse sentido, a socialização de gênero é entendida como um processo que determina o que se espera de uma mulher e de um homem antes mesmo do nascimento. São regras sociais e expectativas reproduzidas por família, escola, igreja, entre outros, norteadas pelo sexo biológico (Machado; Castanheira; Almeida, 2021, p. 5004).

Já, na atualidade, embora a mulher venha ganhando espaço para expandir a sua carreira, surgiram outras pressões e obrigações⁴ que acabaram afetando mais a saúde mental feminina. A ansiedade nutre inseguranças para as mulheres que não decidiram *ser mãe* ou *não ser mãe*. Isso as fazem optar pelo congelamento dos óvulos como opção para aquelas que decidam se tornar mães no futuro, o que é um avanço significativo.

⁴ Família, trabalho, saúde e beleza são áreas da vida em que a mulher geralmente se cobra perfeição. Além das suas próprias expectativas, existem também as pressões externas. Filhos que querem dedicação exclusiva, marido que deseja uma companheira atenciosa, o chefe que espera uma profissional competente, etc. Tentando corresponder a tantas cobranças, a mulher moderna se desdobra para cumprir tantas tarefas, mas muitas vezes, não obtém o sucesso desejado e tornam-se frustradas. (Holiste, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluirmos este texto, retomamos o objetivo geral que é averiguar e compreender como os discursos representavam as mulheres na revista feminina Cláudia a partir de um estudo cronológico. Por isso, concluímos que é perceptível observar que a ascensão dos direitos das mulheres paira abaixo do pó do patriarcalismo contemporâneo. Evidenciamos, portanto, que os discursos que englobam as capas analisadas pouco representam de maneira significativa os direitos das mulheres.

Consideramos, portanto, que existe a propagação de discursos relacionados à subordinação das mulheres em meio a uma sociedade que insiste em ditar as regras para o comportamento delas. Mesmo sendo pouco perceptível na sociedade a mudança do papel da mulher, há pequenos avanços em relação aos discursos que persistem em modelar as condutas femininas na sociedade. Diante disso, foi relevância analisar como os costumes disseminados, através dos discursos presentes no gênero capa de revista, foram capazes de naturalizar a maneira de viver da mulher na sociedade contemporânea. Sob a luz da ACD, pudemos compreender como as relações de dominação e poder presentes na Revista Cláudia propagaram-se, pois, como bem sabemos, as mulheres são tidas como grupo dominado pelo patriarcado. Compreendemos que a Revista Cláudia continua perpetuando ideologias que representam e privilegiam alguns grupos.

Tradicionalmente, o poder social de grupos (classes, organizações) foi definido em termos de seu acesso preferencial a – ou controle sobre – recursos materiais específicos, tais como capital ou a terra, recursos simbólicos, tais como o conhecimento, a educação ou a fama, ou a força física (Vandijk, 2008).

Não se pode afirmar que todos os direitos das mulheres estão totalmente garantidos, pois, “[...] os direitos abstratos, acabamos de dizê-lo, nunca bastaram para assegurar à mulher uma influência concreta sobre o mundo; entre os dois sexos não existe, ainda hoje, verdadeira igualdade” (Beauvoir, 1970, p. 172).

Diante desse enunciado com a observação estrutural da sociedade machista e patriarcalista, assim como, através das análises do gênero textual capa proposto, é possível afirmar que é árdua a conquista pelo espaço e pelas possibilidades de mudança no papel social da mulher, na garantia total de seus direitos com a equidade entre os gêneros (feminino e masculino). Portanto, há uma necessidade de redefinir o papel da mulher que foi essencialmente restrito às funções de mãe, dona de casa e esposa.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Introdução à Sociologia**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALVES JÚNIOR, D. G. Em que sentido podemos pretender uma “vida boa”? Reflexões a partir de *Minima Moralia*. **Princípios – Revista de Filosofia**, Natal, v. 19, n. 32, p. 369–392, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/7577/5640>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

ANJOS, H. V. M. **A opção pelo ensino médio integrado**: o caso dos alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Norte de Minas Gerais, Campus Salinas. 142 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília.. Brasília, 2013.

ARAÚJO, U. F.; ARANTES, V.; PINHEIRO, V. **Projetos de vida**: fundamentos psicológicos, éticos e práticas educacionais. São Paulo: Summus, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.415, DE 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm>. Acesso em: 28 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Nível Médio em Administração na forma integrada**. Teresina: Mimeo, 2015, 50 f.

COHN, G. Alguns problemas de leitura e tradução de *Minima Moralia*. In: COHN, G. (Org.). **Minima Moralia**: reflexões a partir da vida lesada – Theodor W. Adorno. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008. p. 247–256.

DAMON, W. **O que o jovem quer da vida?** – como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes. Tradução de Jacqueline Valpassos. São Paulo: Summus, 2009.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (Orgs.). **Juventude e Ensino Médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 101–133.

FEITAL, M. L. **Trabalho ou ensino superior? A educação profissional técnica integrada de nível médio no IF Sudeste MG–JF e as escolhas do concluinte**. 107 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2011.

FERNÁNDEZ ENGUITA, M. **A face oculta da escola:** educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

KLEIN, A. M. e ARANTES, V. A. Projetos de Vida de Jovens Estudantes do Ensino Médio e a Escola. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 135-154, jan./mar. 2016. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/56117/36234>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

MACHADO, N. J. **Educação:** projetos e valores. São Paulo: Escrituras Editora, 2000.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. 3ª Reimpr. São Paulo: Atlas, 2023.

MARCUSE, H. **A Ideologia da Sociedade Industrial – O Homem Unidimensional**. Tradução de Giasone Rebuá. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

PAGNO, D. D. **Ensino médio integrado à educação profissional:** percepções e expectativas dos estudantes. 165 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2014.

RAMOS-DE-OLIVEIRA, N. A Escola, Esse Mundo Estranho. In: PUCCI, B. (Org.). **Teoria Crítica e Educação:** a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt. Petrópolis, : Vozes; São Carlos, : EDUFSCAR, 1994. p.121-138.

ROGGERO, R. **A vida simulada no capitalismo:** formação e trabalho na arquitetura. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

WELLER, W. Jovens no ensino médio: projetos de vida e perspectivas de futuro. In: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (Orgs.). **Juventude e Ensino Médio:** sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 135-153.

SOBRE AS AUTORAS

RAFAELA PEREIRA BARBOZA

Possui graduação em Letras (Português e Inglês) pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Atualmente é docente da Escola Municipal Vereador Manoel Pereira Neto.

E-mail: rafarafa2014@icloud.com

 <https://orcid.org/0009-0006-7291-6036>

LÍLIAN NOEMIA TORRES DE MELO GUIMARÃES

Pós-doutoranda, Doutora, Mestre em Letras (Linguística) e licenciada em Letras (Português-Espanhol) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Foi tutora do curso de Letras da Universidade Aberta do Brasil (UAB/E-letas). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UFRPE-UAST), atuando no curso de Letras. Coordenou o Grupo de Estudos e Pesquisa em Linguagem e Educação (GEPE-UFRPE) e participa do Grupo de Estudos em Linguagem e Interação (GELI-UFPE). Coordenou o núcleo de Língua Portuguesa do Programa Institucional de bolsas de iniciação à docência (PIBID) da UFRPE-UAST. Foi professora convidada pelo Programa de Pós-graduação em Linguagem e Ensino, ministrando a disciplina "Tópicos de Textualidade e Discurso". Tem interesse por pesquisas na área de Linguística, com ênfase em Análise Crítica do Discurso e Linguística Aplicada.

E-mail: lilian.noemia@ufrpe.br

 <https://orcid.org/0000-0003-3743-2256>

SOBRE ESTE ARTIGO

HISTÓRICO

Recebido em: 20/10/2024 | Aprovado em: 05/11/2024 | Publicado em: 21/11/2024

LICENCIAMENTO

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).

COMO CITAR

BARBOZA, R. P.; GUIMARÃES, L. N. T. de M. A ascensão dos direitos das mulheres e a representação social delas na revista Cláudia: um recorte cronológico. **Revista Formação**, v. 1, e001.

EDITOR RESPONSÁVEL

Jonathas de Paula Chaguri (UPE)

E-mail: jonathas.chaguri@upe.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7525-9653>